

A Idade Média e Suas Ordens Monásticas Militares

Leôncio de Aguiar Vasconcellos Filho

Leôncio de Aguiar Vasconcellos Filho

VASCONCELLOS Filho, Leôncio de Aguiar. A Idade Média e Suas Ordens Monásticas Militares: Leôncio de Aguiar Vasconcellos Filho. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em:
<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/a-idade-media-e-suas-ordens-monasticas-militares>.

<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/a-idade-media-e-suas-ordens-monasticas-militares>

Área: Artigos Acadêmicos

Publicado em 29 de março de 2026

O estudo da história costuma despertar, nos respectivos acadêmicos, uma paixão peculiar. Especialmente quando confrontados com a então existência de organizações hoje jamais permitidas. Refiro-me, especificamente, às ordens militares monásticas da Europa durante a Idade Média.

A Idade Média, período que a historiografia tem o costume de situar entre os anos de 476 e 1453, caracterizou-se pela inicial Queda do Império Romano do Ocidente, com a derrubada do último monarca latino, Rômulo Augusto, e a substituição de sua entidade política única por uma Europa fragmentada em vários reinos bárbaros, com contornos geográficos que já vinham sendo delineados, e cujas principais e novas sociedades europeias eram, naquele primeiro ano, as seguintes: Reino Visigótico (capital em Toledo), Reino Suevo (capital em Bracara Augusta), Navarra (capital em Pamplona), Domínio de Siágrio (capital em Somssons), Bretanha (capital em Rennes), Frísia (capital em Donestad), Alamânia (sem capital fixa, pois se tratava de uma confederação de tribos germânicas), Turíngia (capital em Erfurt), Reino Franco (a capital mudaria constantemente, de acordo com a vontade dos respectivos mandatários da Dinastia Merovíngia, passando, posteriormente, a Aachen na época de Carlos Magno), Gepidas (capital em Simiur), Lombardia (capital em Pávia), Reino Ostrogótico (capital em Ravena), Domínio de Nepos (capital em Salônia) e Borgonha (capital em Lyon). Houve também os Saxões, no Centro da Alemanha, bem como sociedades apartadas, fora da Europa continental, como os Scotts no que seria a Irlanda, os Prichos da atual Escócia, os Bretões do hoje País de Gales e os Anglos, ocupantes do Sudeste Britânico (além dos vikings, concentrados na Dinamarca e ao norte). Mas, aqui concentrar-me-ei nas primeiras sociedades.

Aquela configuração política vinha sendo forjada pelas invasões ao território romano, do norte provenientes, e em tomadas das grandes propriedades rurais abastecedoras do Império, nas quais havia a imposição do sistema de "hospitalitas", com a cessão de parte das produções aos chefes bárbaros invasores, a quem seus subordinados reverenciavam e, cegamente,

obedeciam por serem os mais idosos: era o "comitatus". Tal se dava, também, quando havia ordens de invadir territórios já ocupados por outros grupos (como as relações entre as diferentes sociedades bárbaras eram tensas, uns tomavam terras não só dos romanos, mas também de demais invasores, o que, ao cabo, resultou na final derrubada de Rômulo Augusto e consequente novo mapa político continental, já sem o Império Romano, em 476.

Antes, porém, o Imperador Constantino havia declarado o cristianismo religião oficial do Império Romano, numa determinação que ecoou para além de 476, fazendo com que a Igreja Cristã se aproveitasse das guerras interbárbaras para expandir, pela força, sua doutrina. Isso se intensificou quando, dentro das mentalidades de "comitatus", se formaram, no interior territorial dos reinos, os feudos (terras de outros tomadas por hordas, a mando dos chefes bárbaros - que, normalmente, já se revestiam das condições de reis - e que sobre tais guerreiros impunham relações de vassalagem e fidedignidade, com promessas políticas do exercício, nos territórios conquistados, de seus próprios comandos, mediante o recebimento do respectivo título de nobreza, e religiosas, também estendidas às populações conquistadas e forçosamente convertidas, de salvação eterna). Surgiu, então, o sistema feudal, cujos senhores vassalos deviam, aos senhores suseranos e concessores dos feudos, parte da produção agrícola, plantada e colhida pelos invadidos e pilhados, além de tributos e serviço militar. Vassalos também poderiam ser suseranos de outros vassalos, e todo esse conjunto de acontecimentos era incentivado pela Igreja, que fornecia apoio espiritual aos embates, desde que resultassem em conversões.

Essa interbárbara expansão estimulou a construção de castelos, como recantos de armazenamento de alimentos, prisões e/ou residências militares (que serviam como pontos de ataque ou de defesa) dos senhores feudais, dentro ou fora de cidades fortificadas com os mesmos fins, e, junto às invasões vikings ocorridas desde meados do então milênio, foi,

lentamente, alterando o mapa político continental que se tinha em 476, com o surgimento, expansão, retração e extinção de reinos e feudos. Situação que, mais além de um fenômeno político, se revelou como a expressão máxima de uma mentalidade religiosamente fanatizada.

Isso ficou claro quando, em nome da Igreja, surgiu o conquistador franco-germânico Carlos Magno, que ampliou os limites político-cristãos de seu reino sobre grande parte da Europa ocidental, levando a Igreja a agraciá-lo, no Natal do ano 800, como primeiro Sacro Imperador Romano-Germânico. Os senhores feudais e governantes dos territórios inteiros que os abrangia deviam, agora, obediência ao Sacro Imperador e ao Papa. No ano 1000, a Europa Central estava totalmente dominada pelo sistema feudal, controlado pela teocracia romano-germânica. A Europa Central, mas não a Península Ibérica.

Em 711 (antes de Carlos Magno), a Península foi invadida pelo árabe Califado Omíada, substituído algumas décadas depois pelo Abássida, o que se estendeu até 1592, com a Reconquista de Granada, capítulo final da ibérica Reconquista Cristã. Por tal razão, nunca houve um regime feudal clássico na Península Ibérica, mas senhorial (em cujas nuances não vou aqui me estender, eis que não o objeto deste artigo).

Sentindo, naquele interregno, que teria muito mais a perder com os árabes num território considerado seu, a Igreja, além de combater os Abássidas, ansiava enviar expedições militares à cidade sagrada de Jerusalém, então tomada pelos muçulmanos. Para isso, organizou as Cruzadas, compostas, em grande parte, de senhores feudais, sedentos de cumulativos "status" de nobreza diante do clero, mas, sobretudo, de suas próprias, servilizadas e escravizadas populações, ou mesmo fugitivos do injusto sistema feudal, bem como de mendigos, indigentes e prisioneiros de toda ordem, que nada

tinham a perder, mas, sim, a ganhar: a salvação, tão prometida pela Igreja. Em 1095, o Papa Urbano II convocou toda a Cristandade a expulsar os infiéis de Jerusalém.

É aqui que chegamos, após longo texto, à Ordem dos Cavaleiros Templários. Criada entre 1118 e 1120, seus votos eram de pobreza, castidade e obediência somente ao Papa. Sua função inicial era a escolta, do ponto de encontro até Jerusalém, dos fiéis que os contratassem para protegê-los de criminosos que, eventualmente, encontrassem no caminho. São creditados, também, pela invenção do primeiro e singular sistema de depósitos bancários já existente. Mas sua função mais primaz foi além, juntando-se aos demais combatentes cristãos na tomada da Terra Santa. Monges altamente militarizados, com armaduras a por inteiro proteger-lhe, espadas e lanças ao ataque e à defesa, e cavalo a lhes auxiliar nos embates, estes homens entraram para a história do Ocidente como ferozes guerreiros a serviço da religião. Não é demais afirmar que, durante as investidas, fundaram pequenos Estados teocráticos na Palestina, que permaneceriam por um bom período.

Mas suas atribuições também englobavam o socorro aos cristãos feridos durante as batalhas, com a prestação de serviços médicos e o fornecimento de água, comida e repouso. O que ocorre é que foram acusados de auxiliar tão somente os templários de regiões do Ocidente europeu. Os germânicos, segundo se conta, só eram atendidos pela Ordem Hospitalária, mas, nos demais casos, morriam agonizando.

Por isso, logo após a derrota da Terceira Cruzada para o líder Saladino, em 1187, os germanos instituíram, em 1190 a sua própria organização: a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, criada em Acre, Jerusalém, e também aprovada pelo Papa para lutar em face dos infiéis. Os germânicos tinham uma ordem sua, para lutar e, principalmente, os amparar se sofressem baixas.

O século XIII foi se passando, e as Cruzadas se acumulando. Até então, vários líderes políticos as tinham apoiado, como o Sacro Imperador Romano-Germânico Friederich Barbarosa, o Rei inglês Ricardo Coração de Leão e os sucessivos Papas. Com o fim das investidas, no final daquele centênio, o resultado de tantos ataques foi dúbio. Não houve uma clara vitória política e militar do Ocidente, permanecendo Jerusalém sem um poder cristão coercitivo sobre si, enfurecendo reis e Papas. Com isso, em 1312, numa sexta-feira 13 de março, o Rei francês Felipe IV determinou a dissolução, nos seus domínios, da Ordem dos Templários, com o confisco de todos os seus bens, o que foi, posteriormente, ratificado pelo Papa Clemente V. Restou, como grande ordem militar monástica do Ocidente, a Teutônica, que passou a atuar no centro e leste da Europa (as chamadas "Cruzadas do Báltico", ou "Cruzadas do Norte"), combatendo polacos, lituanos, povos da então futura Prússia e outras populações ditas infiéis. Os combates não se davam sem aliados, como mercenários oriundos da Saxônia, Suábia, Baviera e outros rincões germânicos.

Daquela forma, constituíram seu próprio Estado (o "Estado Teocrático da Ordem Teutônica") em uma área de, aproximadamente, duzentos mil quilômetros quadrados, situado ao leste do que hoje é a Alemanha. No dito contexto intervieram, também, na Guerra Polaco-Lituana, sendo, também, incentivados pelo nobre polaco Konrad I da Masóvia, até sua derrota final na Batalha de Grunewald, em 1410. Dali se formou uma Prússia, em parte, como feudo da Polônia, até sua afirmação total, como potência regional secularizada e protestante da futura Alemanha, no ano de 1525.

Leônicio de Aguiar Vasconcellos Filho

Membro da Academia Brasileira de História e Literatura

COMO CITAR

VASCONCELLOS Filho, Leôncio de Aguiar. A Idade Média e Suas Ordens Monásticas Militares: Leôncio de Aguiar Vasconcellos Filho. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em:
<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/a-idade-media-e-suas-ordens-monasticas-militares>.